

acordo com a Instrução Normativa SRF nº 480/2004, alterada pela IN SRF nº 539/2005 e 706/2007.

Parágrafo Quarto - Não haverá retenção acima caso a Contratada seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pela Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, mediante comprovação da opção ou se verificada qualquer das situações elencadas no artigo 3º da IN SRF nº 480/2004 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Quinto - O TRT reterá, em proveito da Previdência Social, o percentual de 11% (onze por cento), incidente apenas sobre o valor dos serviços contidos na nota fiscal, de acordo com o artigo 219 do Decreto 3048/99, respeitados os critérios da legislação vigente para fins de fixação da base de cálculo.

Parágrafo Sexto - Na hipótese de a nota fiscal, fatura ou recibo não apresentarem discriminação de valores, a retenção dar-se-á em face do valor bruto, tal como dispõe o art. 151, parágrafo único, da Instrução Normativa nº 103/2005-INSS.

Parágrafo Sétimo - Considera-se para efeito de pagamento o dia da entrega da O.B. (Ordem Bancária) na unidade bancária.

Parágrafo Oitavo - A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem 17.1, "a" até "k", implicará na sua devolução à Empresa Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

Parágrafo Nono - O pagamento decorrente do presente Contrato, deverá ser levado a crédito na conta corrente nº 2049-6 (op: 003), Agência nº 840-4, da Caixa Econômica Federal, cujo titular é a CONTRATADA.

Parágrafo Décimo - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, entre a data de pagamento prevista e o efetivo adimplemento da parcela, será aquela resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do

efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = TX

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%